Tema 2: Avaliação do aprendizado no cotidiano das escolas municipais

A avaliação é um dos instrumentos centrais do trabalho docente. Vários são os tipos e formas de avaliação existentes e seu potencial para aprimorar os processos de ensino-aprendizagem depende de como estas são elaboradas, aplicadas e dos usos que serão feitos de seus resultados. Considerando em especial os princípios do ensino e da gestão democrática, previstos na Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB/1996), cabe ao professor e às unidades educacionais a escolha dos tipos de avaliação mais adequados aos objetivos propostos no planejamento pedagógico.

Se, por um lado, a estrutura e a política educacional avançaram consideravelmente nos estudos e análises sobre os instrumentos e usos dos resultados das avaliações externas, ainda permanecem muitas questões sobre os instrumentos de avaliação interna atualmente utilizados pelos professores desde sua elaboração, aplicação, registro e posterior uso de seus resultados no replanejamento das atividades pedagógicas.

Nesse contexto, cabe à estrutura de apoio às escolas - supervisão escolar, Diretorias Regionais de Educação e Secretaria Municipal de Educação - identificar os aspectos exitosos e eventuais dificuldades nos processos de avaliação realizados pelos docentes, de forma que as ações formativas propostas dialoguem e fortaleçam o trabalho pedagógico desenvolvido com os estudantes.

Esse desafio está voltado ao Ensino Fundamental, buscando identificar possíveis padrões no processo de avaliação em cada um de seus três ciclos (Alfabetização, Intermediário e Autoral), considerando as principais formas de avaliação utilizadas, periodicidade, forma de registro, atribuição de conceitos, uso dos resultados das avaliações externas no planejamento pedagógico e composição das notas dos estudantes.

No que se refere às avaliações externas, cabe analisar as convergências e eventuais dissonâncias entre seus resultados e os pareceres conclusivos dos estudantes (aprovação ou reprovação), sobretudo para os anos relativos aos ciclos interdisciplinar e autoral.

Já no caso do ciclo de alfabetização, vale destacar a necessidade de se avaliar o uso dos conceitos “Não Satisfatório”, “Satisfatório” e “Plenamente Satisfatório”. Como estes têm sido utilizados? Quais sugestões de aprimoramento podem ser apresentadas, para que a avaliação processual realizada pelas unidades educacionais cumpra com os objetivos de identificar as dificuldades dos estudantes, bem como as necessidades de replanejamento pedagógico pelos professores e do apoio da coordenação escolar.

Perguntas orientadoras

Quais os principais instrumentos de avaliação utilizados pelos professores para acompanhamento do aprendizado em cada um dos três ciclos que compõem o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino?

De que forma os instrumentos e práticas de avaliação utilizados pelos professores da Rede Municipal de Ensino subsidiam o trabalho pedagógico da unidade educacional?

É possível identificar “padrões” na utilização de determinados instrumentos de avaliação interna pelos professores da RME?

Como as provas e avaliações externas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação (Avaliação Diagnóstica, Avaliação Semestral, Prova e Provinha São Paulo) são utilizadas pelas unidades educacionais? Os resultados da Prova São Paulo correspondem aos

pareceres conclusivos dos estudantes ao final do ano letivo, isto é, os estudantes reprovados apresentam desempenho insuficiente na Prova São Paulo?

No caso do ciclo de alfabetização, como tem se dado a atribuição dos conceitos (“Não Satisfatório”, “Satisfatório” e “Plenamente Satisfatório”)? Quais critérios avaliativos sustentam cada conceito? Há padrões na Rede Municipal nesta atribuição de conceitos?

Quais estratégias a SME poderia utilizar para aprimorar os processos avaliativos atualmente utilizados voltados para o acompanhamento da aprendizagem?